



## Desenho Industrial

### INTRODUÇÃO

A inovação tecnológica dispara no mercado global para atender as necessidades do consumidor, mudando a função de modelo de produto já existente ou criando um novo produto para suprir necessidades. No entanto, o que mais se observa é que a estética modificada do produto é o que o posiciona melhor no mercado comercial. Quantas vezes o relógio de pulso com aquelas mesmas configurações de controlar o tempo apresenta ponteiros e indicadores para representar a hora? Só de inovações no design de produtos, até hoje são lançados diversos modelos somente modificando sua plástica, materiais, cores, tamanhos e texturas. Esse é o mercado que mais cresce no campo da propriedade intelectual, pois de uma patente de invenção, pode-se extrair diversos modelos que redesenhados movimentam a economia e se ampliam negócios.

As características, novo desenho e boa aparência do produto na prateleira fazem com que o consumidor torne-se motivado a compra, e com essa demanda, o mercado fornecedor busca proteger suas inovações, de modo que o redesenho do produto se torne rentável.

É neste capítulo que vamos abordar o Desenho Industrial na temática da Propriedade Intelectual que movimentam cifras em potencial na economia mundial. Mas, que para se tornar efetivo, deve-se atentar para processos e tomadas de decisões necessárias junto aos órgãos que ofertarão a proteção do registro perante a sociedade com a devida autorização de comércio pelo Estado – elemento organizador das sociedades.

O órgão que representa o Estado para deliberação do Certificado de Registro de Desenho Industrial é o Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI, sediado no Rio de Janeiro com diversos escritórios representativos nos estados brasileiros.

## DESENHO INDUSTRIAL NO BRASIL

O Desenho Industrial é um dos elementos tratados pela Propriedade Industrial que visa ao detentor do Certificado de Registro a exploração comercial do seu ato criativo no que concerne ao redesenho de objetos.

Referencia-se a definição legal de Desenho Industrial por meio do art. 95 da Lei de Propriedade Industrial nº 9.279/96<sup>1</sup>, que cita como

[...] desenho industrial a forma plástica ornamental de um objeto ou o conjunto ornamental de linhas e cores que possa ser aplicado a um produto, proporcionando resultado visual novo e original na sua configuração externa e que possa servir de tipo de fabricação industrial. (Brasil, 1996)

Segundo a mesma Lei, o registro de Desenho Industrial – DI –, protege apenas a forma externa ornamental de um objeto, desde que apresentem um resultado novo e original e que seja passível de produção industrial. Este tipo de registro não protege funcionalidades, dimensões, materiais utilizados ou processos de fabricação de um objeto. A legislação brasileira prevê a proteção de até 20 objetos por pedido desde que as variantes apresentadas mantenham as mesmas características distintivas preponderantes. Outra característica importante para o desenho industrial que se refere unicamente à natureza estética do produto acabado, e é distinto dos aspectos funcionais que possam ser apresentados.

Conforme a Organização Mundial da Propriedade Intelectual<sup>2</sup> – OMPI, conhecido internacionalmente como *World Intellectual Property Organization – WIPO* –, tem-se no desenho industrial as características de serem bi, tridimensionais ou ainda, a forma mista combinando um ou mais destes elementos. A seguir ilustramos nas figuras 01 e 02, modelos de desenhos industriais.

<sup>1</sup> BRASIL. Lei 9.279 de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Disponível em: << [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9279.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9279.htm)>>. Acesso em: 14/08/2014

<sup>2</sup> Organização Mundial da Propriedade Intelectual – OMPI. **A Beleza Exterior**. Disponível em [http://www.wipo.int/export/sites/www/freepublications/pt/sme/498/wipo\\_pub\\_498.pdf](http://www.wipo.int/export/sites/www/freepublications/pt/sme/498/wipo_pub_498.pdf)>>. Acessado em 20/08/2014. ISBN 92-805-1235-9.

Figura 1. Desenho tridimensional de óculos esportivo Spy Eyewear.  
Fonte: Domus Design<sup>1</sup>



Figura 2. Desenho bidimensional<sup>2</sup> de 1863 do designer William Morris da Morris and Co.  
Fonte: Collections Vam



Segundo a OMPI, o desenho industrial aumenta a percepção de valor do produto com o desenho mais atraente aos consumidores, e por isso, a causa dos desenhos serem uma parte crucial na estratégia comercial de qualquer criador ou empresa.

O registro de Desenho Industrial concedido confere ao titular propriedade temporária sobre o Desenho Industrial e o direito de excluir terceiros de fabricação, comercialização, uso, venda, etc. sem sua prévia autorização, em território nacional.

O Estado protege os direitos do autor quanto aos desenhos industriais através da Lei ordinária nº 9.279/96 que trata dos direitos e obrigações da Propriedade Industrial, limitando-se pelos artigos 94 a 121. Essa lei vem por fruto da Carta Magna de 1988, no seu artigo 5º, que trata dos direitos e deveres individuais e coletivos, que estabelece o direito à proteção das criações intelectuais que em seus incisos, mencionam:

**XXVII - aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei deixar.** (grifo nosso).

**XXIX - a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.** (grifo nosso).

<sup>1</sup> DOMUS DESIGN. Cases de Sucesso: Spy Eyewear. Disponível em <[http://www.designdeprodutos.com/cases\\_spy.asp](http://www.designdeprodutos.com/cases_spy.asp)>>. Acesso em 07/08/2014.

<sup>2</sup> MORRIS, W. Strawberry Thief. V&A Search the Collections. Disponível em: <<http://collections.vam.ac.uk/item/O78889/strawberry-thief-furnishing-fabric-morris-william/>>>. Acesso em 12/08/2014.





No compêndio normativo o Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI –, cita ainda a Instrução Normativa nº 13/2013, contendo as especificações sobre as figuras e demais itens do pedido.

Por meio do Decreto nº 2.553/98 tem-se um arcabouço de artigos 75 e 88 a 93 que regulam direitos e obrigações relativos a propriedade industrial e em especial cita o artigo 3º que promove motivação aos recursos humanos da administração pública de desenvolver a propriedade industrial, conforme seu texto normativo:

Ao servidor da Administração Pública direta, indireta e fundacional, que desenvolver invenção, aperfeiçoamento ou modelo de utilidade e desenho industrial, será assegurada, a título de incentivo, durante toda a vigência da patente ou do registro, premiação de parcela do valor das vantagens auferidas pelo órgão ou entidade com a exploração da patente ou do registro. (Decreto nº 2.553/98, art. 3º)

No entanto, deve-se observar a relação de direitos entre empresa e funcionário de modo que de acordo com Jungmann<sup>3</sup> (2010) para o desenho industrial decorre similaridade a Lei de Patentes quando o direito torna-se exclusivamente do empregador, quando a criação resulta da própria atividade contratada; exclusivamente do empregado, quando a criação não tenham quaisquer relação com o contrato de trabalho ou prestação de serviços; comum, quando a criação decorre de contribuição pessoal do empregado e de recursos, meios, dados, materiais, instalações ou equipamentos do empregador.

Ainda em Jungmann (2010) nos termos da Convenção de Paris (CUP), o criador do desenho industrial, mesmo que tenha cedido ou licenciado o seu uso, tem o direito de ser mencionado como o autor da criação (direito moral).

## DESENHO INDUSTRIAL E SUA TERRITORIALIDADE

Importante ressaltar que todo compêndio legal exposto anteriormente foi somente para se conhecer os direitos e obrigações no território nacional. Quanto à obtenção de certificado de registro em nível internacional, deve-se apelar o pedido para órgãos internacionais que regulem a propriedade industrial no país de interesse do requerente, ou em organismos internacionais que possuem aliança com outros países

<sup>3</sup> JUNGSMANN, Diana de Mello; Esther Aquemi Bonetti. **Inovação e propriedade intelectual: guia para o docente..** – Brasília: SENAI, 2010. ISBN 978-85-7519-389-1.



de forma que quando registrado possam estender o direito para outros países acordados, como se exemplifica o caso da Organização Mundial da Propriedade Intelectual – OMPI –, sediada em Genebra, Suíça. Entenda-se que, a OMPI na atualidade é a organização que comporta maior número de Estados-Membros no mundo relacionado ao tema da propriedade intelectual e, portanto tem todo o respeito sobre o assunto na Organização Mundial de Comércio – OMC.

O arcabouço legal internacional é regulamentado por acordos internacionais e tratados, citados a exemplo do acordo TRIPS, sigla de origem inglesa *Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights*, que trata sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio. No Brasil o acordo TRIPS foi reconhecido e aprovado pelo Decreto nº 1.355/94<sup>4</sup>

Para conhecer melhor um Certificado de Registro<sup>5</sup> de Desenho Industrial, observe a figura 3.

<sup>4</sup> BRASIL. Decreto, 1.355 de 30 de dezembro de 1994. Promulga a Ata Final que Incorpora os Resultados da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT. Disponível em <<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D1355.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D1355.htm)>>. Acesso em 01/08/2014

<sup>5</sup> CIA DAS MARCAS. Página Serviços: Registro de design e desenho industrial. <<<http://www.ciadamarca.com.br/servicos/registro-de-design-e-desenho-industrial>>>. Acesso em 02/08/2014.

Figura 3. Certificado de Registro de Desenho Industrial



The image shows a Brazilian Industrial Design Registration Certificate (Certificado de Registro de Desenho Industrial) issued by the Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). The certificate is for the design of a shoe sole configuration (CONFIGURAÇÃO APLICADA EM BOTA) by Dagmar Luise Mohrbach. It includes a barcode, the INPI logo, and the signatures of the Director and the Design Registration Coordinator. A large, ornate seal of the INPI is visible on the left side of the certificate.

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior  
Instituto Nacional da Propriedade Industrial

**CERTIFICADO DE REGISTRO DE DESENHO INDUSTRIAL**  
**Nº DI 6800969-0**

O INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL concede, automaticamente, sem exame de mérito, o presente CERTIFICADO DE REGISTRO, que outorga ao seu titular a propriedade do desenho industrial discriminado neste título, em todo o território nacional, garantindo os direitos dele decorrentes, previstos na legislação em vigor.

(21) Número do Depósito : DI6800969-0  
(22) Data do Depósito : 27/03/2008  
(45) Data da Concessão : 02/09/2008  
(52) Classificação Internacional de Desenhos Industriais:02-04.

(30) Prioridade Unionista :  
(54) Título : CONFIGURAÇÃO APLICADA EM BOTA  
(73) Titular : DAGMAR LUISE MOHRBACH. Empresaria, Endereço: Rua Augusto Jung, 345/801, Centro, Novo Hamburgo, RS, CEP:93510-340, Brasil(BR).  
(72) Autor : DAGMAR LUISE MOHRBACH.

Prazo de Validade : 10(dez) anos contados a partir de 27/03/2008, observadas as condições legais.  
Expedida em : 02 de Setembro de 2008.

*Breno Bello de Almeida Neves*  
Diretor de Contratos de Tecnologia e Outros Registros

*Frederico Carlos da Cunha*  
Coordenador de Desenho Industrial e Indicação Geográfica

Fonte: ciadamarca.com.br